

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma mirada sobre o livro didático regional de História: o caso do Rio Grande do Sul

Flávia Eloisa Caimi*

Resumo: O estudo comporta uma análise das condições de produção e consumo do livro didático no/do Rio Grande do Sul, problematizando questões da seguinte ordem: por que um estado com tão fortes raízes e tradições culturais não consegue fazer penetrar na escola básica o conhecimento científico produzido acerca da sua história? Como se articula a qualificada pesquisa acadêmica desenvolvida no âmbito dos programas de pós-graduação em História com a produção didática? Em que medida essa produção alcança efetivamente o espaço escolar pela via do livro didático e produz ressonância no trabalho pedagógico dos professores e professoras de séries iniciais? Trilhando os caminhos de uma pesquisa documental, seu *corpus* é constituído de dois tipos de fonte: 1) os Guias de 1ª a 4ª séries do PNLD, em especial os referentes aos anos de 2004 e 2007; 2) uma amostra dos livros didáticos tidos como os mais adotados nas escolas gaúchas, nas décadas de 1990 e 2000, indicados ou não no PNLD.

Palavras-chave: livro didático – história - ensino.

Abstract: The study comprehend an analysis of the production and consumption conditions of the didactic book at the Rio Grande do Sul state, discussing the following topics: why a state that has strong traditions can't introduce in grade school the scientific knowledge produced about his history? What's the way to match the qualified academic research developed in History post-graduation and the didactic work? How this research effectively reaches the school space by didactic books and act on the pedagogic work of grade school teacher's? Going through the documental research way, it's *corpus* is formed by two different sources: 1) PNLD's guides from 1ª to 4ª grades, specially those from 2004 and 2007; 2) a sample from the didactic books that are seen as the most used in Rio Grande do Sul schools, in 1990 and 2000 decades, signified at PNLD or not.

Keywords: didactic book – history - teaching.

Ao perscrutar as posições de professores e de especialistas sobre o ensino da história e, mais especificamente, sobre o uso escolar de livros didáticos, verifica-se entre eles a ausência de um consenso sobre o papel que o Estado deva exercer na política de aquisição e distribuição de acervo para as escolas. Para alguns, a ingerência do Estado representaria um mecanismo de controle social e de vigilância sobre o conhecimento histórico,

* Professora de Prática de Ensino e Estágios no Curso de História da Universidade de Passo Fundo/RS. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

consubstanciando arbitrariamente o que as crianças e jovens deveriam aprender e retirando autonomia do professor, da escola e da própria sociedade. Para outros, a intervenção do Estado, por meio da ação de programas específicos como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), constituiria um “mal necessário”, haja vista a necessidade de fazer frente ao poderoso mercado editorial brasileiro. De tal modo, a “vigilância” exercida pela ação do Estado trataria de impedir que fossem destinados recursos públicos para a aquisição de livros didáticos tidos como inadequados e, ainda, que tais livros chegassem às escolas públicas para consumo de alunos e professores.

Posicionando-se entre os autores que consideram a ação do Estado um risco necessário, Peres (2002) reconhece que “apesar dos riscos que uma tal avaliação pode acarretar numa sociedade que ainda apresenta algum *déficit democrático*, perigo maior poderia haver na ausência total de controle”. Alinhada com esse posicionamento e convicta da importância da ação do poder público, tenho destinado horas de pesquisa e de estudo para conhecer os processos avaliativos do livro didático desencadeados pelo MEC através do PNLD e investigar, junto aos professores de 1ª a 4ª série – protagonistas da escolha e do consumo de tais livros nas escolas públicas – acerca deste tema.

Ao debruçarmo-nos sobre o PNLD, em suas cinco edições destinadas à avaliação de livros para as séries iniciais do ensino fundamental (1997-2007) verificamos um espantoso crescimento das obras recomendadas e um vertiginoso declínio de obras não recomendadas/excluídas, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Resultados das avaliações de 1ª/4ª séries em todas as áreas (1997-2007)¹

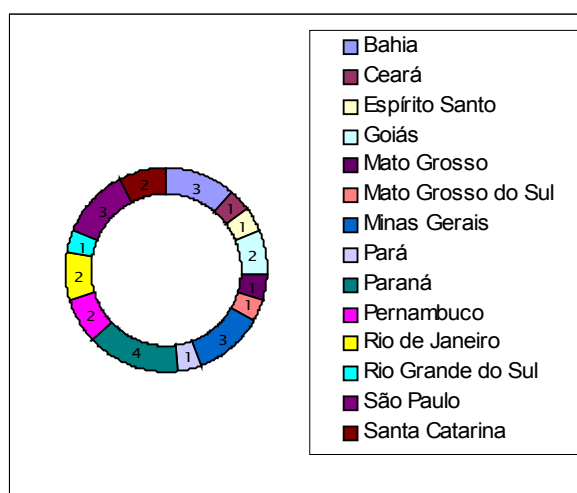
Ano PNLD	Obras inscritas	Obras recomendadas	Obras não recomendadas/excluídas
1997	466 livros	105 livros (22,53%)	361 (77,47%)
1998	454 livros	167 livros (38,46%)	287 livros (61,54%)
2001	569 livros	321 livros (54,41%)	248 livros (43,59%)
2004	260 coleções	184 coleções (71%)	76 coleções (29%)
2007	303 coleções	240 coleções (79,2)	63 coleções (20,8)

Fonte: Site do MEC. Disponível em <http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv>

¹ Ao longo das cinco avaliações verificam-se algumas alterações nos critérios. Até 2001 eram inscritos livros de Estudos Sociais; após essa data inscreveram-se separadamente obras de História e de Geografia. Da mesma forma, após o PNLD 2001 não foram mais admitidas inscrições e/ou escolhas de livros isolados, fora de coleções, exceto para livros didáticos regionais. Nos PNLDs 1997 e 1998 os livros não recomendados e/ou excluídos eram publicados no guia, sendo facultada a escolha aos professores. Desde o PNLD 2001, constam no Guia apenas as obras recomendadas, sendo vedada a compra e distribuição de obras excluídas pela Comissão de Especialistas. No PNLD 2007, ao contrário dos anteriores, não são apresentados os graus conferidos às obras/coleções, seja na forma de estrelas ou de conceitos (recomendada com distinção, recomendada, recomendada com ressalvas) constando tão-somente o parecer descritivo.

No primeiro PNLD (1997) houve um índice de mais de dois terços de obras não recomendadas/excluídas (77,47%), ao passo que no PNLD de 2007 verifica-se um movimento inverso: aproximadamente um quinto das obras inscritas para avaliação foram excluídas (20,8%). Se, por um lado, há evidente crescimento quantitativo e qualitativo no acervo de obras aprovadas em todas as áreas, e mesmo na área da História nesse período, por outro lado põe-se à mostra a insuficiência quantitativa e a precariedade qualitativa dos livros didáticos regionais. Em 2007, apenas quatorze unidades da federação tiveram livros regionais de História aprovados para serem disponibilizados aos estudantes de 1ª a 4ª série nas escolas públicas, totalizando 27 títulos, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Livros Regionais de História - PNLD 2007



Tomando estes dados como referência, pode-se concordar com os professores de séries iniciais, quando denunciam a falta de materiais didáticos e/ou a pouca qualificação dos que têm chegado às escolas públicas. Se houvesse um número maior de obras inscritas bem qualificadas, não teríamos apenas quatorze unidades da federação contempladas no programa de 2007.

Tratando-se especificamente da História do Rio Grande do Sul, a ausência de livros transforma-se num paradoxo, haja vista a forte presença de movimentos sociais de culto às tradições gaúchas, bem como a existência de quatro programas de pós-graduação em História em nível de mestrado e três em nível de doutorado, no nosso estado. No âmbito do culto às tradições existe o Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, que se apresenta como um movimento cívico, cultural e associativo, congregando mais de 1400 entidades distribuídas em trinta regiões tradicionalistas no estado (RTs), conhecidas como Centro de Tradições Gaúchas (CTGs), Grupo Nativista, Grupo de Arte Nativa, Piquete de Laçadores e

Grupo de Pesquisas Folclóricas. Definindo-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos, o MTG dedica-se à preservação, ao resgate e ao desenvolvimento da cultura gaúcha.²

No âmbito acadêmico conta-se, em 2006, com mais de vinte Instituições de Ensino Superior oferecendo cursos de graduação em História, além dos programas de mestrado e doutorado da PUCRS, UFRGS, Unisinos e do programa de mestrado da Universidade de Passo Fundo, único do interior do estado. A PUCRS é pioneira na oferta dos programas, tendo formado 413 mestres no período de 1977-2006 e 98 doutores entre 1991 e 2006. Tomados em seu conjunto, os programas já formaram mais de 800 mestres e 150 doutores em História no estado do Rio Grande do Sul, a maioria dos quais tendo desenvolvido suas dissertações e teses sobre temas regionais.

Diante de uma produção acadêmica tão abundante e profícua, a pergunta central que orienta esse estudo procura desvendar por que o livro didático regional não se configura como lugar de disseminação/reconstrução da pesquisa produzida no âmbito acadêmico. Tratando-se de uma questão complexa, poder-se-ia levantar muitas hipóteses explicativas e começamos a fazê-lo a partir de novas perguntas: quem são os autores dos livros didáticos que circulam nas escolas públicas do Rio Grande do Sul? Como são organizados os conteúdos de história regional nessas obras? Que autores/obras compõem o seu referencial bibliográfico?

Para dar conta deste propósito, selecionamos nove livros didáticos regionais que circularam nas escolas públicas gaúchas nas décadas de 1990 e 2000, considerados os mais utilizados nesse período.³ Dentre as nove obras selecionadas, apenas duas tratam especificamente da história do Rio Grande do Sul, sendo Piletti (2004) e Schneider (2001). As demais contemplam simultaneamente os componentes de História e Geografia, na antiga disciplina de Estudos Sociais vigente nas séries iniciais até o final da década de 1990.

Buscando os dados biográficos dos autores, constatou-se que grande parte deles são professores da educação básica e possuem formação em Geografia e/ou Estudos Sociais. A tabela apresentada na seqüência ilustra com maior propriedade a situação:

² Conforme dados disponibilizados no site <http://www.mtg.org.br>. Consulta realizada em 25/3/2007.

³ Trata-se das seguintes obras: KOCH, Siziane. *Rio Grande do Sul - Espaço e Tempo*. São Paulo: Ática, 2003. KOTECK, Luis M. *Conhecendo o Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ática, 1995. KRÄMER, Elva V. *Rio Grande do Sul: estudos sociais*. São Paulo: FTD, 1989. KRÄMER, Elva V. *Terra gaúcha: estudos sociais*. São Paulo: FTD, 1992. MENEGOTTO, R.; OLIVEIRA, G. M. *Rio Grande do Sul: história e geografia*. São Paulo: Quinteto, 1999. MOREIRA, Igor A.G. *Estudos sociais do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. PILETTI, Felipe. *História: Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ática, 2004. QUEVEDO, J.; ORDOÑEZ, M.; SALES, G. *Meu estado*. Rio Grande do Sul: estudos sociais. São Paulo: Scipione, 1994. SCHNEIDER, Regina Portela. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 2001. Ressalte-se que a obra de Piletti (2004) consta neste estudo pelo fato de integrar o PNLD 2007, constituindo opção única de escolha e não pelo critério de uso nas escolas.

Tabela 2 – Titulação e âmbito de atuação profissional dos autores⁴

Autor/a	Titulação	Atuação profissional
Júlio Quevedo	Doutor em História	Professor Educação Superior
Marlene Ordoñez	Bacharel/Licenciada em Ciências Sociais	Não consta
Geraldo Sales	Bacharel/Licenciado em Geografia	Não consta
Siziane Koch	Mestre em Geografia	Professora Educação Básica
Luís M. Kotech	Licenciado em Estudos Sociais	Professor Curso Pré-Vestibular
Elva V. Kramer	Graduada em Pedagogia	Professora Séries Iniciais
Ricardo Menegotto	Mestre em Geografia	Professor Educação Básica
Giovana M. de Oliveira	Mestre em Geografia	Professora Educação Superior
Igor Moreira	Especialista em Geografia	Professor Educação Superior
Felipe Piletti	Licenciado em História	Não consta
Regina Schneider	Licenciada em Estudos Sociais	Professora Educação Básica

Por esses dados percebe-se que não são os professores com maior titulação que se lançam à tarefa de escrever livros didáticos regionais, haja vista a presença de apenas um doutor e três mestres, diante de um especialista e seis graduados entre os autores. Também não é expressiva a presença de professores universitários na autoria de livros didáticos de História, constando apenas três no conjunto de onze profissionais que compõem a amostra. No entanto, o elemento que mais chama atenção é a quase-ausência de professores formados na área da História no elenco de autores, figurando apenas dois com tal especificidade. Destarte, predomina entre os autores a formação em Geografia (cinco autores), seguida de Estudos Sociais (dois autores), Ciências Sociais (um autor) e Pedagogia (um autor). Este poderia ser um primeiro elemento explicativo da distância que se verifica entre a produção acadêmico-historiográfica e o livro didático.

No que respeita à apresentação dos conteúdos, verifica-se que os livros organizados na modalidade Estudos Sociais (sete na nossa amostra) operam por justaposição. Em geral, os capítulos intercalam abordagens da geografia física – localização espacial, relevo, clima, vegetação, hidrografia, microrregiões, recursos naturais, pecuária, indústria, etc –, com abordagens da história factual – “descobrimento” do Brasil, missões jesuítas, tropeirismo, estâncias, charqueadas, imigração, chegada da família real, independência, revolução farroupilha, guerra do Paraguai, abolição da escravidão, proclamação da república, etc. Esses conteúdos, ou estão separados por capítulos intercalados, ou são agrupados em duas grandes unidades tratando primeiramente da Geografia e depois da História. A predominância

⁴ Optou-se por utilizar as informações contidas nos livros e/ou nos *sites* das editoras. De tal maneira, poderão ocorrer casos em que a titulação ou atuação profissional tenham se alterado entre a data de publicação da obra e o presente momento. Também, optou-se pela apresentação da titulação de maior nível de cada autor, dentre os dados disponíveis.

de uma área ou de outra depende da formação do(s) autor(es) que, no caso desta amostra, tende mais para a área de Geografia.

É muito comum a existência de alguns capítulos ao final do livro, tratando especificamente da “cultura gaúcha” de modo dissociado das demais estruturas (econômica, política, social), momento em que são abordados aspectos folclóricos como o mito do gaúcho, lendas, danças, culinária e vestuário típicos. Também aparece um ou mais capítulos onde são apresentados os símbolos do Brasil e do Rio Grande do Sul, os meios de transporte, de comunicação, etc. De tal maneira, o conhecimento histórico-geográfico sobre o Rio Grande do Sul é tratado de modo factual e estático, desfavoravelmente à construção de uma visão dinâmica do processo histórico.⁵

Os dois únicos livros didáticos da amostra que tratam especificamente da História do Rio Grande do Sul, sendo também os de produção mais recente (PILETTI, 2004 e SCHNEIDER, 2001) cumprem uma seqüência cronológica de conteúdos bastante semelhante entre si e também não se distinguem expressivamente das obras relativas aos Estudos sociais, na parte que trata da História. Os grandes temas da História nacional e regional estão ali presentes, com destaque para a cronologia linear institucionalizada na versão escolar da História do Rio Grande do Sul, assim configurada: os primeiros habitantes, missões jesuíticas, colonização açoriana, imigração européia, revolução farroupilha, Rio Grande do Sul na época republicana, cultura e símbolos do ‘nosso estado’. Muito embora haja uma tendência de os livros didáticos apresentarem inovações metodológicas, de incorporarem novos temas e de enfatizarem o estudo de grupos sociais/raciais tradicionalmente alijados da história escolar (mulheres, afrodescendentes, indígenas), o livro didático regional avança muito lentamente nessa direção.

Analisando as referências bibliográficas e os enfoques historiográficos apresentados nos livros didáticos que compõem a amostra deste estudo, identifica-se a presença de historiadores e obras que “contribuíram para construir as imagens elogiosas da província e de alguns de seus homens e tipos”, conforme refere Gutfreind (1998). Dentre estes autores destacam-se especialmente Alfredo Varela, Aurélio Porto, Souza Docca, Artur Ferreira Filho, Jorge Salis Goulart, Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas e Othelo Rosa.

⁵ Constituinto uma notável exceção a esse modelo de construção do livro didático regional, a obra de Menegotto e Oliveira (1999) propõe o estudo da história e da geografia integradas, tendo como fio condutor a construção humana do espaço, abdicando tanto da geografia descritiva quanto da história factual. Por exemplo, ao tratar da imigração alemã, estuda a bacia hidrográfica Atlântica, auxiliando a compreender as influências (e não determinismos) geográficas no desenvolvimento econômico-cultural de um grupo e/ou região. Do mesmo modo, ao estudar a imigração italiana, focaliza-se a serra geral e o planalto meridional, diferenciando vegetação de campo e de floresta.

Também é comum encontrar referências a autores ligados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, tais como Paixão Côrtes, José Simões Lopes Neto, Jayme Caetano Braun, Salvador Lamberty, Barbosa Lessa, dentre outros.

A visão ufanista da história regional assumida por alguns destes livros didáticos pode ser claramente vislumbrada na seguinte mensagem contida na apresentação de uma obra: “Somente tu sabes o que vale a tua querência e porque tens orgulho de ser gaúcho. Orgulho esse construído na ponta da lança, nas lides campeiras, nas patas de teu cavalo, na contribuição para a grandiosidade do Brasil” (QUEVEDO et al. 1994:3). Esse mesmo passado glorioso é apontado como objeto de estudo em outra obra, nos termos que seguem: “(...) desejo mostrar-te um pouco do aspecto físico da nossa terra gaúcha e um pouco da história das pessoas que amaram esse pago e a seu modo trabalharam e lutaram pelo seu progresso” (KRAMER, 1992:5).

Desde a década de 1980 essa visão de um passado único, homogêneo e glorioso tem sido criticada, pela sua incapacidade de “formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive”, conforme alerta Bittencourt (2004:47). Na mesma perspectiva, Pesavento e Ostermann, ainda em 1985, apontavam essa problemática, quando se comemorava o sesquicentenário da “Revolução Farroupilha”. Para estas autoras, o modo de interpretar tal evento como uma epopéia produzida por atos heróicos de bravos homens, pouco contribui para compreender os graves problemas que já assolavam o estado naquela década e que hoje se mostram ainda mais contundentes:

a visão está gasta, perdeu sua funcionalidade original e tem se revelado ineficaz para legitimar a situação vigente. Por outro lado, o momento é particularmente privilegiado para revelar o verdadeiro caráter da ideologia de distorcer a realidade de acordo com determinados interesses. As condições atuais são flagrantemente reveladoras do imenso contraste entre o discurso ufanista e as condições reais e objetivas enfrentadas pelo estado (...). A “ideologia” dos farrapos converte-se numa verdadeira “ideologia em farrapos”, sem qualquer demérito para aqueles que, em um momento do passado, lutaram por valores e idéias que correspondiam a interesses muito definidos na sociedade de sua época. Em suma, critica-se a forma de resgate e de instrumentalização de um passado, mas não o passado em si ou a atuação dos seus agentes sociais no momento histórico em que viveram (PESAVENTO e OSTERMANN, 1985:18-9).

A cada ano, a cada comemoração do Vinte de Setembro, reedita-se a visão de um gaúcho forte, altaneiro, destemido, livre, virtuoso que, como tal, nunca existiu senão no ideário daqueles que insistem em fazer da ideologia a própria história. Em que pese o valor de se cultivar as tradições e de se buscar conhecer e preservar as identidades de um povo, isso não

pode acontecer pela imposição de um passado falsamente homogêneo e dignificado, do qual poucos sul-rio-grandenses são, efetivamente, herdeiros. Se no âmbito do movimento tradicionalista gaúcho pode ser legítimo levantar tal bandeira, a universidade, a escola e o livro didático têm de fomentar, por dever de ofício, estudos e discussões que contribuam para a construção de uma visão consistente, crítica e não idealizada da História do Rio Grande do Sul.

Tentando compreender como interagem os conteúdos da pesquisa acadêmica e os referenciais culturais/ideológicos do Movimento Tradicionalista Gaúcho nas escolas, temos a dizer que esse último ocupa um lugar privilegiado, de forte influência sobre o conhecimento que as crianças e jovens constroem acerca da história regional. Trata-se, é claro, de um conhecimento marcado por uma tradição inventada, pela celebração de virtudes, pela glorificação do passado, pela ideologia do gauchismo. Apesar de toda a festividade e pompa em torno das comemorações do Vinte de Setembro e, ainda, da expressão do movimento tradicionalista gaúcho na sociedade rio-grandense, o fato é que os programas escolares contemplam muito timidamente os conteúdos de história regional.

Em geral, a História do Rio Grande do Sul consta como tema de estudo na 4ª série, quando as crianças encontram-se numa faixa etária de nove-dez anos, em condições limitadas para compreender a complexidade da sua organização político-econômica e sociocultural; na 6ª ou 7ª série, de modo eventual para tratar da chamada “Revolução Farroupilha”, muitas vezes de forma descontextualizada e episódica; e, por fim, no ensino médio, caso a escola faça a opção por estudos regionais, uma vez que existe uma tendência de organizar os programas de História de acordo com as necessidades de preparação para o vestibular prescindindo, assim, da História do Rio Grande do Sul.

De tal sorte, verifica-se um distanciamento entre a produção acadêmica da História Regional e os conteúdos escolares veiculados nos programas e nos livros didáticos. Para finalizar essa exposição, cumpre sintetizar algumas razões deste distanciamento, sumariando os tópicos desenvolvidos ao longo do estudo. Ao que nos parece, dentre as principais razões estão: a) a excessiva ingerência do movimento tradicionalista gaúcho na escrita e na disseminação de uma certa visão da história e da cultura do estado, apoiada no ufanismo, na ideologia e no “orgulho de ser gaúcho”; b) a acolhedora recepção que as escolas fazem a essa visão histórico-cultural, reproduzindo-a em festividades, gincanas, invernadas artísticas, café-de-chaleira, etc.; c) a pouca preocupação dos professores universitários de História com a produção de livros didáticos regionais e com a formação de professores para atuar qualificadamente nas séries iniciais do ensino fundamental; d) a insuficiente frequência

de conteúdos da história regional na organização curricular das escolas, os quais são relegados, na maior parte dos casos, a apenas uma série no ensino fundamental, sendo raramente contemplados no ensino médio; e) a tendência existente no âmbito acadêmico de produzir conhecimentos para consumo e deleite entre os próprios pares, descuidando-se da sua divulgação e recepção no seio da sociedade.

A despeito do tanto que já se avançou na qualificação do ensino da história e na produção de livros didáticos nesta última década, há muito ainda por ser feito e isso depende do envolvimento de cada um de nós, professores universitários e professores da educação básica.

Referências bibliográficas:

- BITTENCOURT, C.M.F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (Orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- KOCH, Siziane. *Rio Grande do Sul. Espaço e Tempo*. São Paulo: Ática, 2003.
- KOTECK, Luis M. *Conhecendo o Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ática, 1995.
- KRÄMER, Elva V. *Rio Grande do Sul: estudos sociais*. São Paulo: FTD, 1989.
- KRÄMER, Elva V. *Terra gaúcha: estudos sociais*. São Paulo: FTD, 1992.
- MENEGOTTO, R.; OLIVEIRA, G. M. *Rio Grande do Sul: história e geografia*. São Paulo: Quinteto, 1999.
- MOREIRA, Igor A.G. *Estudos sociais do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- PERES, S. O PNLD brasileiro como estratégia de controle social sobre o ensino de História no contexto do Mercosul: entre o risco e a necessidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu.
- PESAVENTO, S. e OSTERMANN, N. *A História do Rio Grande: a versão, o mito e a proposta de um ensino crítico*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1985.
- PILETTI, Felipe. *História: Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ática, 2004.
- QUEVEDO, J.; ORDOÑEZ, M.; SALES, G. *Meu estado*. Rio Grande do Sul: estudos sociais. São Paulo: Scipione, 1994.
- SCHNEIDER, Regina Portela. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 2001.